

Coordenação

JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO
SIMONE LETÍCIA SEVERO E SOUSA DABÉS LEÃO

**EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS
SOCIAIS POR MEIO DE
INTERVENÇÃO JUDICIAL
ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA
DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**



Belo Horizonte
2021



Copyright © 2020 Editora Del Rey Ltda.
 Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sejam quais
 forem os meios empregados, sem a permissão, por escrito, da Editora.
 Impresso no Brasil | Printed in Brazil
 EDITORIAL DEL REY LTDA

www.editoradelrey.com.br

Editor: Arnaldo Oliveira

Editor Adjunto: Ricardo A. Malheiros Fiuza
(in memoriam)

Diagramação: Studio Schaffer

Revisão: Responsabilidade dos autores

EDITORA

Rua dos Goitacazes, 71 – Lojas 20 a 24
 Centro - Belo Horizonte-MG
 CEP 30190-909

Comercial:

Tel.: (31) 3284-3284 | 3293-8233
vendas@editoradelrey.com.br

Editorial:

editorial@editoradelrey.com.br

CONSELHO EDITORIAL:

Alice de Souza Birchal
 Antônio Augusto Cançado Trindade
 Antonio Augusto Junho Anastasia
 Antônio Pereira Gaio Júnior
 Aroldo Plínio Gonçalves
 Carlos Alberto Penna R. de Carvalho
 Dalmar Pimenta
 Edelberto Augusto Gomes Lima
 Edésio Fernandes
 Felipe Martins Pinto
 Fernando Gonzaga Jayme
 Hermes Vilchez Guerrero
 José Adércio Leite Sampaio
 José Edgard Penna Amorim Pereira
 Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior
 Misabel Abreu Machado Derzi
 Plínio Salgado
 Rénan Kfuri Lopes
 Rodrigo da Cunha Pereira

S237e Carvalho Filho, José dos Santos (coord.).

Efetivação dos Direitos Sociais por Meio de Intervenção Judicial: Análise da
 Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal / Coordenadores: José dos Santos Carva-
 lho Filho e Simone Letícia Severo e Sousa Dabés Leão; Prefácio de Gilmar Mendes.
 - 1. ed. - Belo Horizonte, MG : Editora Del Rey, 2020.
 334 p.

Inclui bibliografia.
 ISBN 978-65-5791-009-2

1. Direito. 2. Direitos Sociais. 3. Jurisprudência. 4. STF. I. Título. II. Assunto. III.
 Santos Filho, José Carvalho dos.
 IV. Leão, Simone Letícia Severo e Sousa Dabés.

20-990680014

1183881

CDD 341.274191
 CDU 342.7:347.991

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Direitos Fundamentais *Direitos primordiais; STF.
2. Direitos Fundamentais; Supremo Tribunal.

SUMÁRIO

DISCRICIONARIEDADE E RESERVA DO POSSÍVEL COMO PRETEXTOS PARA O DESCUMPRIMENTO DE DEVERES CONSTITUCIONAIS: ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO STF EM MATÉRIA DE RESPONSABILIDADE DO ESTADO NAS RELAÇÕES DE CUSTÓDIA E CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM MATÉRIA PRISIONAL	1
---	----------

Alexandre Mazza

PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA EM INTERVENÇÕES JUDICIAIS: UMA ANÁLISE À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS19
--	------------

Antonio Evangelista de Souza Netto

Naiara de Moraes Silva

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: ANÁLISE DAS DECISÕES SOBRE OS LIMITES DAS REDAÇÕES DO ENEM37
--	------------

Carolina Mercante

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E MEMÓRIA: A JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS EM RELAÇÃO AO ESTADO BRASILEIRO.55
--	------------

Celma Tavares

O STF E O PRINCÍPIO DO NÃO RETROCESSO SOCIAL LABORAL (RAPACIDADE LEGISLATIVA - OBJEÇÃO JUDICIÁRIA – PERFECTIBILIDADE HUMANA)81
---	------------

Geovane de Assis Batista

O ASSISTENCIALISMO JURÍDICO NO OLHAR DAS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM	103
Guilherme Beraldo de Andrade	
EFETIVIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS: O CARÁTER AUTORIZATIVO DO ORÇAMENTO FRENTE AO RECONHECIMENTO DE DIREITOS SUBJETIVOS NA PERSPECTIVA DO STF	119
Kalil Said de Souza Jabour	
JURISPRUDÊNCIA CONSTITUCIONAL E POPULAÇÃO LGBTQI+: O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COMO AGENTE DE EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS DE MINORIAS NO BRASIL.	137
José dos Santos Carvalho Filho	
SISTEMA DE PROTEÇÃO DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL	153
José James Gomes Pereira	
A LEI MARIA DA PENHA E SUA CONSTITUCIONALIDADE PERANTE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DA AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE (ADC) N.º 19 E DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI) N.º 4.424	171
Laís Locatelli Maria da Glória Costa Gonçalves de Sousa Aquino	
A LEI ANTIMANICOMIAL E OS DIREITOS SOCIAIS – UMA LUTA QUE NÃO PARA.	187
Márcia Regina Madeira Pourchet Stella Luiza Moura Aranha Carneiro	
A CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA POR MEIO DE DECISÃO JUDICIAL: ESTUDO SOBRE A ADO 26 E O MI 4.733	213
Patrícia Gorisch Paula Carpes Victório	

EXTRADIÇÃO E A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO: INTERPRETAÇÃO À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS	231
Roberto Caparroz	
A DISCRICIONARIDADE DO ESTADO NA ACEITAÇÃO DO REFUGIADO NO CONTEXTO DOS DIREITOS HUMANOS – O CASO VENEZUELA	247
Sandra Fonseca	
POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: A RESPONSABILIDADE DOS ENTES FEDERATIVOS NA ÓTICA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	269
Simone Letícia Severo e Sousa Dabés Leão	
O MODELO CONSTITUCIONAL DO ESTADO SOCIAL PERANTE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: UMA ANÁLISE DO NOVO REGIME FISCAL INSTITUÍDO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95/2016 E DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 5.680/2017	295
Teresinha Inês Teles Pires	